

Análise comparada de processos de canonização: Tomás de Aquino e Nicolas de Tolentino (1319-1325)

IGOR SALOMÃO TEIXEIRA*

Introdução

Entre 1316 e 1334 João XXII realizou quatro canonizações: Luís de Anjou (1317), Tomás de Cantiloupe (1320), Tomás de Aquino (1323) e Gregório X (1325). Além disso, esse mesmo não autorizou quatorze demandas para abertura de processos, bem como não canonizou Nicolas de Tolentino após o inquérito realizado em 1325. Os inquéritos de Tomás de Aquino e de Nicolas de Tolentinos são emblemáticos em alguns aspectos: os dois eram membros de ordens religiosas (Pregadores e Eremitas de Santo Agostinho, respectivamente), originários da península itálica e seus processos foram iniciados durante o pontificado de João XXII. É importante salientar que Tomás de Aquino foi o único dos santos cujo processo foi aberto e finalizado com a posição favorável à canonização entre 1316-1334 (período do pontificado de João XXII). No caso de Nicolas de Tolentino, houve um novo inquérito em 1357 e a canonização aconteceu em 1446.

O que explicaria o desfecho distinto nos dois casos durante aquele pontificado? Insuficiência de milagres comprovados para Nicolas de Tolentino? Acreditamos que a resposta esteja no âmbito social e político daquele período, e não no âmbito da eficácia da santidade de um em relação ao outro. Isso desloca a questão para quem eram os interessados naqueles processos? Quais as relações dos candidatos a santo com o papa? Quais as relações do papa com os envolvidos na promoção daquelas duas causas de canonização?

Estas questões fazem parte das análises que desenvolvemos em nossa pesquisa de doutorado sobre o papa João XXII e a ordem dos pregadores no momento da canonização de Tomás de Aquino. Na tese em construção propomos deslocar o olhar sobre a santidade e consideramos os processos de canonização como peças jurídicas

* Doutorando em História – PPG/História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Dr. José Rivair Macedo. Pesquisa financiada pela CAPES (Bolsa PDEE) com estágio realizado no Groupe d'Anthropologie Scolastique (GAS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) sob a supervisão do Dr. Sylvain Piron.

importantes para a história social. (TEIXEIRA: 2009) O mesmo foi feito por Didier Lett para o caso de Nicolas de Tolentino e suas análises e conclusões servirão de contraponto para o que propomos sobre Tomás de Aquino, a ordem dos pregadores e o papa. (LETT: 2008)

Alguns apontamentos para a pesquisa.

Os manuscritos com as atas dos inquéritos realizados para Tomás de Aquino e Nicolas de Tolentino permitem a seguinte caracterização: no primeiro caso, foram realizados dois inquéritos durante o pontificado de João XXII; no segundo, houve apenas um inquérito, mas não houve o mesmo êxito. Além disso, percebemos um número infinitamente reduzido de participantes no caso de Tomás de Aquino (144, sendo 32 em 1319 e 112 em 1321) em relação ao de Nicolas de Tolentino (365, apenas em 1325). Outro aspecto salta aos olhos: nas atas referentes ao dominicano não estão presentes os *articulii interrogatorii*; diferentemente, no caso do agostiniano encontramos a lista de 22 perguntas a serem feitas aos interrogados.

A partir desses primeiros indícios constatamos que esses dois processos nos fornecem elementos que quase nos obrigam a procurar em outras fontes as possíveis explicações sobre as opções feitas por um santo e não por outro no que tange ao reconhecimento oficial. Cabe analisar um pouco mais de perto a relação entre aquelas duas personagens e o papado.

Nicolas de Tolentino foi um eremita agostiniano, nascido em Santo Ângelo de Pontano, perto de Tolentino. Aos 14 anos entrou para a Ordem de Santo Agostinho (ordem reconhecida pelo papa em 1256), fez seu noviciado em São Genésio e foi padre em Cingoli antes de se instalar no convento de Tolentino em 1275, onde ficou até sua morte, em 10 de setembro de 1305. Nos 20 anos que se passaram entre sua morte e o primeiro inquérito, a Ordem dos Agostinianos procurava ainda um santo fundador. A OESA teve seu processo de gênese e formação entre 1236 e 1253. Em 1256, o papa Alexandre IV publicou a bula *Licet Ecclesiae Catholicae* reconhecendo a *Ordo Fratrum Eremitarum Sancti Augustini* e para isso reuniu oficialmente quatro grupos de eremitas (Toscanas, Guilermistas, Zambonistas e Brettinesi). (LETT: 2008, 22-23) Além disso, somente em 1290 foram redigidas as *Constitutiones Ratisbonenses* e foi apenas em 1327 que João XXII reconheceu a vida de Santo Agostinho, reescrita pelos membros da

OESA desde 1290, como laço de ancestralidade. (JOÃO XXII: 1905, 13-19) Desde o final do século XIII e, principalmente durante as primeiras décadas do século seguinte, como analisou Didier Lett, a presença e a atuação de membros da OESA em favor do papa nos conflitos com o imperador foi expressiva no que tange, por exemplo, a escrita de tratados teológicos e a dedicação dos mesmos ao pontífice.¹

A trajetória de Tomás de Aquino foi um pouco diferente. Nascido em meio familiar nobre por volta de 1225 em Nápoles, entrou para a Ordem dos Dominicanos em 1244 e entre a década seguinte e sua morte tornou-se um dos principais nomes e também um dos mais polêmicos no que tange à interpretação da doutrina e seus argumentos teológicos. Atuando diretamente na chamada “querela dos mendicantes” e sendo alvo constante de condenações e *correctoria*, como as do bispo Étienne Tempier em 1277, e de Guilherme De la Mare em 1278. O universo teológico tende a ser o fio condutor para a canonização de Tomás de Aquino. Neste aspecto, os dominicanos também atuaram próximos ao papa nos conflitos com o poder temporal.

Em relação à necessidade da Ordem dos Pregadores ter um santo oficialmente reconhecido pelo papado, não pode ser considerado como uma forte razão para que a mesma atuasse em relação ao nome de Tomás de Aquino. Dois outros dominicanos já tinham sido canonizados antes de 1323, caso de Domingos de Gusmão – fundador da Ordem no início do século XIII – e Pedro de Verona, o Mártir.

Aparentemente, em relação aos dados apresentados até o momento, os processos e contextos de Tomás de Aquino e Nicolas de Tolentino se diferenciam na atuação teológica do primeiro e na necessidade da Ordem à qual pertencia o segundo de legitimar-se via um santo fundador. Para seguirmos essas duas pistas, então, consideramos os registros das Atas dos Capítulos Gerais das duas Ordens para saber se e como os dois candidatos a santo foram tratados, representados e qual o posicionamento de dominicanos e agostinianos face a eles entre o final do século XIII e o início do século XIV.

¹ Alguns exemplos : 1301-1302, Jacques de Viterbo (arcebispo de Benevento e Nápoles) escreveu o *De Regimine Christiano*, dedicado a Bonifácio VIII; Guilherme de Cremona (prior geral da OESA entre 1326-1342) participou da consulta feita por João XXII em relação a seis artigos do *Defensor pacis*, de Marsílio de Pádua; Didier Lett destaca a atuação de Agostinho de Ancona, que, entre 1307-1309, escreveu: *Tractatus contra articulos inventos ad diffamandam Bonifacium* e o *Tractatus de facto Templariorum*. Em 1326 ele finalizou a *Summa de potestate ecclesiastica*, na qual afirmava que “o papa é a fonte de todo o poder, espiritual e temporal, e que é a ele que concerne o direito de outorgar ao imperador o poder de administrar”. (LETT : 2008, 28-29)

Podemos afirmar certamente que as Atas dos Capítulos Gerais revelam uma presença discreta do nome de Tomás de Aquino em relação ao número de vezes em que é mencionado o assunto de sua santidade e/ou canonização. Mas não podemos afirmar que não tenha sido constantemente citado ou abordado na pauta das reuniões da Ordem. O registro das Atas foi feito com o objetivo de fixar as principais decisões. Não podem ser lidas como registro integral de tudo o que foi dito durante os encontros. Isso fica nítido em relação ao (não) registro sobre a canonização de Domingos de Gusmão no capítulo de 1234 ou no de 1235. (MOPH: 1878, 04-05)² Em relação a Pedro de Verona, no contexto da morte e canonização (1252-1254), consta um registro sobre a instituição da festa em sua homenagem, assim como a de Domingos, *in kalendariis et in litaniis*. (MOPH: 1878, 70)

Mas podemos inferir que entre as informações coletadas nos depoimentos de 1319 e nas atas dos capítulos entre 1274-1323 há um descompasso sobre a *fama sanctitatis* de Tomás de Aquino. As testemunhas relatam milagres ocorridos após a morte, tendo inclusive curado e auxiliado frades pregadores em situações de morte e perigo, como revelou o também dominicano e doutor em teologia, Ioannis de Nápoles, em 01 de agosto de 1319. Segundo a testemunha, o frade Leonardo de Nápoles sentiu fortes dores quando esteve hospedado em Fossanova e foi conduzido à sepultura de Tomás de Aquino, deitou todo o corpo sobre a mesma e com devoção pediu para ser curado. Sendo atendido, nunca mais sentiu dores. (AA SS: 1668, 701)³ Ao final do depoimento, onde geralmente encontramos as informações *de loco* e *de tempore* o registro é impreciso. Ioannis de Nápoles apenas disse que “imediatamente ouviu” sobre o milagre após sua ocorrência, mas não temos a informação de quando ele teria ocorrido. Entretanto, certamente teria sido entre 1274 e 1319. Um milagre de cura operado na sepultura de um frade pregador em favor de outro frade pregador. Seria natural que a *fama sanctitatis* fosse relatada nos capítulos gerais? Se sim, não foi registrado. Nem este nem qualquer outro dos milagres atribuídos a Tomás de Aquino constam nas atas da Ordem.

O mesmo descompasso existe no que tange a Nicolas de Tolentino. A primeira menção ao seu nome acontece apenas onze meses antes da bula de João XXII que autoriza a

² Abreviação utilizada para : *MONUMENTA ORDINIS FRATRUM PRAEDICATORUM HISTORICA*.

³ Abreviação para *Acta Sanctorum*. Neste caso utilizamos o Tomo 1 do mês de março.

abertura do processo, ou seja, em junho de 1324. O assunto é a canonização e os delegados agostinianos pedem que cada província da Ordem envie cerca de 12 florins para a causa da canonização. O financiamento do processo é também tema de nova menção em 1326. Entretanto, Nicolas de Tolentino só volta a ser citado nas Atas em 1341, no contexto do segundo inquérito. (LETT: 2008, 61-64)⁴ Didier Lett analisou cartas e tratados escritos por agostinianos e constatou que não há menções ao candidato a santo. Isso levou o historiador a supor que, ao contrário do que a historiografia majoritariamente afirma sobre a não canonização de Nicolas considerando este *affaire* como um assunto secundário diante das constantes ameaças e investidas de Luís da Baviera sofridas pelo papa João XXII, Nicolas de Tolentino não foi canonizado diante da insuficiência de provas em relação à existência de um culto tanto na Ordem quanto entre os habitantes de Tolentino. (LETT: 2008, 63-64) Comparando, então, com Tomás de Aquino, a ausência de Nicolas de Tolentino nas Atas de sua Ordem religiosa é ainda mais discreta. Mas se considerarmos que no inquérito de 1325 para Nicolas foram interrogadas 365 pessoas e que João XXII exigiu a realização de um segundo inquérito sobre Tomás de Aquino e que neste, de 1321, foram interrogadas 112 pessoas, não seria mesmo o assunto teológico o mais importante no período e por isso o *affaire* Nicolas não estaria entre as prioridades?

Podemos encontrar esta resposta também utilizando as Atas dos Capítulos Gerais dos Pregadores. Atentando-nos para as questões teológicas, pois, como afirmamos, Tomás de Aquino foi um pensador controverso e polêmico. No século XIII encontramos duas importantes referências a Tomás de Aquino e as polêmicas nas quais seu nome esteve envolvido. Nos capítulos realizados em 1279 e 1286, em Paris, recomenda-se que fossem coletadas informações sobre a memória do “venerável” Tomás de Aquino, sua “*conversacione*” e que, principalmente, ele fosse defendido pelos frades que ouvissem críticas às suas teses. (MOPH: 1898, 204-235)

Andrea Robiglio situa o capítulo de 1286 como o momento no qual a Ordem passa a adotar uma postura de defesa em relação aos que confrontavam as idéias de Tomás de Aquino. Até este momento a postura da Ordem era de cautela. No início do século XIV, no entanto, há uma modificação, como aponta o autor ao analisar o capítulo de 1313 e

⁴ Todas as informações sobre as atas dos capítulos da OESA encontram-se nas notas de rodapé das páginas citadas.

constatar que há uma recomendação explícita de formação dos frades na doutrina de Tomás de Aquino antes de aperfeiçoamento de estudos em Paris. (ROBIGLIO: 2008) Segundo as atas, nenhum frade “legendo, determinando, respondendo audeat assertive tenere contrarium eius (Tomás de Aquino)”. (MOPH: 1899, 64)

Construção de quadros comparativos

Sistematizando os dados apresentados e utilizando as atas dos dois inquéritos realizados sobre Tomás de Aquino (AA SS: 1668, 686-716 e FVTA⁵: 1931, 409-510) e os dados tabulados por Didier Lett em sua tese, temos os seguintes quadros para os processos de Tomás de Aquino e Nicolas de Tolentino⁶:

Processo	Tomás de Aquino		Nicolas de Tolentino	
	1319	32	1325	365
	1321	112		
Total de Interrogados	144		365	

Tabela 1: Nº de Interrogados para a canonização de Tomás de Aquino e Nicolas de Tolentino (1319-1325).

Esta primeira tabela explicita um número superior a 50% para o caso do Eremita de Santo Agostinho. Se considerarmos o gênero dos depoentes, temos um certo equilíbrio entre homens e mulheres no processo de Nicolas de Tolentino. Em relação a Tomás de Aquino, um descompasso. Também é importante ressaltar que no primeiro inquérito, de 1319, nenhuma mulher foi interrogada sobre Tomás de Aquino. Sendo assim, enquanto há uma presença de 28% de mulheres entre 1319-1321, a porcentagem para 1325 é de 46%.

Processo	Tomás de Aquino	Nicolas de Tolentino
Homens	103	196
Mulheres	41	169
Total de interrogados	144	365

Tabela 2: Nº de interrogados nos processos de Tomás de Aquino e Nicolas de Tolentino divididos por gênero.

Esses dados permitem uma questão: a santidade de Tomás de Aquino estaria mais restrita a um espaço de atuação masculino, como, por exemplo, o universo clerical,

⁵ Abreviação para *FONTES VITAE S. THOMAE AQUINATIS*.

⁶ Importante ressaltar que consideraremos os 2 inquéritos para Tomás de Aquino (1319 e 1321) e apenas o primeiro inquérito para Nicolas de Tolentino (1325) para obtermos um recorte cronológico restrito ao pontificado de João XXII.

intelectual e teológico? Para auxiliar na análise, então, consideramos a ordem religiosa às quais pertenciam os interrogados. Para o teólogo dominicano temos os seguintes dados:

Classificação\Inquérito	1319	1321	Total
Dominicanos	07	-	07
Cistercienses	16	17	33
Clérigos (religiosos sem vínculo explicitado a uma Ordem)	01	04	05
Leigos (homens, mulheres e crianças)	05	91	96
Total (com informações explícitas no inquérito)	29	112	141

Tabela 3: Ordens Religiosas/função clerical e leigos interrogados entre 1319-1321 sobre Tomás de Aquino.

A partir desta tabela podemos concluir que não possuímos informações sobre 03 interrogados e que os leigos representam maioria de 68% (considerando apenas 141 interrogados) e que os cistercienses são maioria dentre os membros de ordens religiosas (o principal motivo é o fato de Tomás de Aquino ter sido inicialmente sepultado no mosteiro de Fossanova da ordem cisterciense, onde faleceu em 1274). Comparando com os dados apresentados por Lett, notamos algumas semelhanças entre os inquéritos comparados, como o predomínio do número de leigos (82%), pouca participação de dominicanos e franciscanos, ausência de cistercienses e um número superior de clérigos regulares em relação aos agostinianos, como constatamos na tabela abaixo:

Classificação\Inquérito	1325
Agostinianos	22
Franciscanos	3
Dominicanos	2
Clérigos Regulares e freiras sem especificação de Ordem	33
Leigos (homens, mulheres e crianças)	299
Total (com informações explícitas no inquérito)	359

Tabela 4: Ordens Religiosas/função clerical e leigos interrogados em 1325 sobre Nicolas de Tolentino

Sobre o predomínio de leigos, Lett afirmou ser uma característica comum a processos de canonização de membros de ordens mendicantes. A razão para esta superioridade seria a característica de contato que os membros dessas ordens tinham com a população. (LETT: 2008, 197) Lett também defendeu que mais de 50% dos depoimentos dos homens receberam títulos no registro dos notários, ou seja, foram nomeados por títulos de nobreza ou profissão. Cifra aproximada para o total de mulheres interrogadas em

1325 (53%). Isso significa, na prática, considerar que os leigos interrogados sobre Nicolas de Tolentino eram majoritariamente nobres.

Em um plano mais geral, Lett concorda com Paolo Golinelli sobre a escolha das testemunhas nos processos de canonização realizados na península itálica. Segundo este pesquisador, a partir do século XIII há uma tendência ao recrutamento das testemunhas interrogadas entre os membros das classes privilegiadas, ricas e com poder nas cidades italianas. (GOLINELLI: 2004) É interessante observar que o processo de Tomás de Aquino não se faz singular pela estrutura, visto que sob os aspectos de gênero e predomínio de leigos, acompanha os processos da época. No entanto, Lett silencia sobre este processo ao apresentar dados de outros processos contemporâneos ao de Nicolas de Tolentino no que tange a questão de gênero (LETT: 2008, 187) e Golinelli também silencia sobre a escolha das testemunhas no caso de Tomás em seu texto sobre “alguns processos de canonização italianos”. (GOLINELLI, 2004)

Parte desse silêncio pode ter origem no desfecho dos processos: Tomás de Aquino foi canonizado, Nicolas de Tolentino, não (ao menos durante o pontificado de João XXII). Também pelo fato de Tomás de Aquino ter sido a única empreitada que foi iniciada e finalizada por esse pontífice. Para Lett, Nicolas pode não ter sido canonizado pela constatação da ausência de culto popular e ausência de registros da própria ordem à qual pertencia sobre sua *fama sanctitatis*. Acreditamos, porém, que, comparando com o caso de Tomás de Aquino o desfecho deveria ter sido o mesmo. Os processos, guardadas as proporções do número de interrogados, são relativamente idênticos e contemporâneos. Por que Tomás de Aquino foi canonizado?

Construindo uma hipótese: a canonização teológica de Tomás?

Temos encaminhado nossa argumentação para a proeminência das questões teológicas no pontificado de João XXII. Porém, o processo de canonização é uma peça limitada neste aspecto, pois podemos concluir que há pouco sobre a atuação intelectual de Tomás de Aquino. Isso também fica evidenciado na Bula de Canonização, de 18 de julho de 1323, quando notamos o registro dos milagres e poucas menções às questões teológicas. (IOANNES EPISCOPUS: 1692, 226-228)

Acreditamos, no entanto, que há uma lógica para se pensar nesta direção na medida em que, como analisado por Sylvain Piron, Avignon sob João XXII foi o “Eldorado dos

teólogos”. (PIRON: 2011) O historiador francês estabelece essa afirmação a partir do levantamento da formação intelectual dos membros que compuseram as comissões convocadas pelo papa durante seu pontificado. Concluiu que os juristas perdiam espaço na medida em que as questões debatidas tinham característica cada vez mais teológica. Outro indício para a sustentação da nossa hipótese é a lista de despesas feitas por João XXII em 1317 para a compra de diversas obras de Tomás de Aquino. (FVTA: 1931, 664-665) Esta coleção há muito não é revisitada pelos pesquisadores e pode sim oferecer novos apontamentos para a resposta à pergunta do porquê da canonização daquele teólogo. (MAIER: 1957, 317-332 e DONDAINE: 1975, 127-152)

Considerações finais

Sintetizando as informações disponibilizadas até o momento temos que o processo de Tomás de Aquino não é muito diferente em relação ao de Nicolas de Tolentino no que tange a estrutura formada pelos interrogados. Destacamos também uma presença discreta dos dois religiosos nas atas dos capítulos gerais de suas respectivas ordens. Porém, um foi rapidamente canonizado e o outro não.

Esses elementos deslocaram nosso olhar. Saímos do âmbito da santidade como um fenômeno cultural e iniciamos uma caminhada em torno da questão social, considerando os homens e mulheres interrogados e suas relações com o poder. Por ora, limitamos nossa abordagem ao desenvolvimento da hipótese sobre uma possível canonização de Tomás de Aquino por causa de questões teológicas e do interesse do papa João XXII. Isso implica em considerar que o pontífice estaria mais interessado do que a própria Ordem dos Pregadores e também do que a sociedade napolitana (origem de Tomás de Aquino)?

Para tal, duas considerações de ordem metodológica: a comparação foi um instrumento eficaz para situarmos o desenvolvimento dos inquéritos sobre Tomás de Aquino em seu tempo. Percebemos que mesmo processos com desfechos distintos possuem formas idênticas. Isso marca, além de uma questão formal padronizada para as investigações, que nem sempre o número de interrogados e seus títulos são garantias para o reconhecimento papal da santidade. Entretanto, o processo de canonização em si serve como uma porta de entrada para questões sociais mais amplas e, para tal, é necessário o cruzamento com documentação de natureza distinta. Ainda assim, para desenvolver

plenamente aquela hipótese, é imprescindível considerar os nobres e leigos da região de Nápoles que foram interrogados, mas este outro eixo será desenvolvido e apresentado em outras situações.

Referências Bibliográficas:

Documentação

ACTA SANCTORUM (AA SS). PROCESSVS INQUISITIONIS factæ super vitâ, conversatione, & miraculis recol. Mem. Fr. THOMÆ DE AQUINO, Ordinis Fratrum Predicatorum, Sacræ Theologiæ Doctoris, Anno salutis MCCCXIX, Ioannis XXII, Pontificis Max. Pontificatus III, per Vmbertum Archiepiscopum Neapolitanum & Angelum Viterbiensem & Tuscanensem Episcopum, Inquisitores vnâ cum D. Pandulfo de Sabello Domini Papæ Notario, super hoc Pontifice deputatos. Apud: Acta Sanctorum. Martii. Tomus I. A Ioanne Bolland S.I. colligi felicit cœpta A Godefrido Henschenio et Danielle Paperbrocchio eiusdem societatis Iessu aucta digesta & illustrata. Antuperpiæ, apud Iacobum Meursium. Anno MDCLXVIII. pp.686-716.

FONTES VITAE S. THOMAE AQUINATIS (FVTA). Apud: Revue Thomiste, v.1, pp. 409-510, 1931.

FONTES VITAE S. THOMAE AQUINATIS (FVTA). Apud: Revue Thomiste, v.2, pp. 664-669, 1931.

IOANNES EPISCOPVS. Canonizatio S. Thomae de Aquino Civitate provinciae Campaniae, professoris Ordinis Fratrum Praedicatorum S. Dominici, ejusque relatio in numerum Sanctorum Confessorum, com institutione suae festivitatis pro die 7 Martii. Apud: BULLARIVM ROMANVM: B. Leone Magno, vsq; ad S.D.N. Clamentem X. Opus absolutissimum, Laertii Cherubini Praestantissimi I.C.Romani e à D. Angelo Maria Cherubino Monaco Cassinensi e aliis illustratum e auctum. Editio novíssima. Quinque tomis distributa, vitis & Iconibus aeneis omnium Pontificum exornata. Lugduni: Sumpt Petri Borde Ioannis & Petri Arnaud, MDCLXXXII, pp. 226-228.

JOÃO XXII. Venerenda Sanctorum Patrum, 20 de janeiro de 1327. Apud: MAIOCCHI, R. e CASACCA, N. (eds). Codex diplomaticus ord. E. S. Augustini Papiæ, vol.1, 1905, pp. 13-19.

MONUMENTA ORDINIS FRATRUM PRAEDICATORUM HISTORICA (MOPH). Acta capitulorum generalium. Roma: Tipografia Poliglota S.C. de Propaganda Fide, 1898, v.1. Tomus III.

MONUMENTA ORDINIS FRATRUM PRAEDICATORUM HISTORICA (MOPH). Acta capitulorum generalium. Roma: Tipografia Poliglota S.C. de Propaganda Fide, 1899, v.2, Tomus IV.

Bibliografia Citada

DONDAINE, A. La collection des oeuvres de Saint Thomas dite de Jean XXII et Jaquet Maci. *Scriptorium*, n.2, pp. 127-152, 1975.

GOLINELLI, P. "Social aspects in some italian canonization trials: the choice of witnesses". In: KLANICZAY, G. (dir.). *Procès de canonization au moyen âge: aspects juridiques et religieux*. Roma: École Française de Rome, 2004. pp. 165-180.

LETT, D. *Un procès de canonisation au Moyen Âge. Essai d'histoire sociale : Nicolas de Tolentino, 1325*. Paris : PUF, 2008.

MAIER, A. Annotazioni autografe di Giovanni XXII in Codici Vaticani. *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*. Vol.6, pp. 317-332, 1952.

ROBIGLIO, Andrea A. *La sopravvivenza e la Gloria: Appunti sulla formazione della prima scuola tomista (sec XIV)*. Bolonha: ESD, 2008.

PIRON, S. Avignon sous Jean XXII, l'Eldorado des théologiens. In : *Cahiers de Fanjeaux : Jean XXII et le Midi*. Toulouse, 2011. No prelo.

TEIXEIRA, I. S. A Pesquisa em História Medieval: relatos hagiográficos e processos de canonização. *Aedos*, v.2, n.2, pp. 71-94, 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9832/5648>. Consultado em junho de 2011.